

CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS Estado de Minas Gerais REGIÃO GEO-ECONÔMICA DE BRASÍLIA

CNPJ/MF: 20.571.501/0001-35

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 20/2021

	mai	nta.		
-	1115	HG.	 	

"Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio

2022/2025 e dá outras providências"

Autoria....:

Prefeito Municipal

Relator....:

Vereador Vicente Marcos Alves Brandão

I - RELATÓRIO:

Publicado no quadro de avisos da Câmara em
24/11/91 as 13:07 horas,e
registrado em livro próprio ás folhas 39 V
Sobon° 400/2091
bonthus
Servidor Responsável

Cuida-se de projeto de lei que contém o Plano Plurianual do Município de Bonfinópolis de Minas-MG para o quadriênio 2022 a 2025.

A proposição foi distribuída a esta Comissão para receber parecer, na forma do artigo 54, combinado com o artigo 86, todos do Regimento Interno.

É o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO:

No plano da competência legislativa, a proposição não contém vício, pois trata de questão que interessa exclusivamente ao Município, em conformidade com a autonomia que a forma federativa lhe garante, não se encontrando entre aquelas matérias que se inserem no domínio de competência da União ou do Estado. Ademais, a matéria encontra-se expressamente prevista no rol de competência do Município, conforme inciso VIII, do artigo 19 da Lei Orgânica Municipal.





CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS Estado de Minas Gerais REGIÃO GEO-ECONÔMICA DE BRASÍLIA

CNPJ/MF: 20.571.501/0001-35

Também não vislumbramos óbice quanto à iniciativa, porquanto o impulso de matérias de natureza orçamentária é de iniciativa privativa do Prefeito Municipal, conforme previsto na alínea "e", inciso II do artigo 61 da Lei Orgânica do Município.

No plano constitucional as matérias orçamentárias, da qual o Plano Plurianual faz parte, encontram-se previsto no artigo 165 da Constituição Federal, nos seguintes termos:

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais.

§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Assim, o Plano Plurianual para o período 2022 a 2025 constitui peça fundamental da Administração Municipal, posto que estabelece as diretrizes, objetivos e as metas, objetivos da administração para o referido quadriênio, prestigiando assim o princípio da "continuidade dos serviços públicos".

Destarte, ainda que alinhado com o texto constitucional, verifico a necessidade de adequação ao texto normativo proposto, de modo a garantir ao Poder Legislativo e consequentemente à população maior transparência e controle sobre a execução do plano proposto e ora em análise.

Assim, apresento abaixo Emenda Aditiva nº 01, com a finalidade de monitoramento da execução do PPA e Emenda Aditiva nº 02, que estabelece prazo anual que o Executivo encaminhe proposta de revisão do PPA.

Maronday



CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS Estado de Minas Gerais REGIÃO GEO-ECONÔMICA DE BRASÍLIA

CNPJ/MF: 20.571.501/0001-35

III - CONCLUSÃO:

ANTE AO EXPOSTO, opino pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei 020/2021, e no mérito pela sua aprovação com a inclusão das Emendas Aditivas nº 01 e 02, que seguem abaixo redigidas.

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2021.

VEREADOR VICENTE MARCOS ALVES BRANDÃO
Relator

	CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS - MG SECRETARIA DAS COMISSÕES DESPACHO
em únic	o (>) Rejeitado () o voto do relator o turno por () votos favoraveis () entrarios e () abstenções. Comissões ()
	PRESIDENTE DA COMISSÃO



105. XX. da Resolução 136, de 03/01/2007 o presente processo legislativo, Subam os autos à Mesa Diretora. Sala das Contesces 23 / 1/2021

PRESIDENTE DA COMISSÃO